

LINGUAGEM, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO CÍVICO-NACIONALISTA

TATIANE MALHEIROS ALVES

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Docente da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, Área de Linguagens, IF Baiano. E-mail: tatymalheiros@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7695-4351>

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES

Doutora em Educação (Unicamp). Pós-Doutorado em Psicologia Social (UERJ). Professora Plena (UESB). Coordenadora do Museu Pedagógico. E-mail: lrochamagalhaes@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0784-6749>

RESUMO

Neste artigo, discute-se como as políticas de escolarização dos anos de 1937 a 1945, período do Estado Novo no Brasil, apropriaram-se da linguagem cívica, patriótica e religiosa como recurso para a construção de uma memória nacionalista na sua continuidade histórica. Partimos da perspectiva dialética e dialógica da linguagem e objetivamos perscrutar como os signos linguísticos organizaram-se em diferentes gêneros textuais e se apropriaram dos símbolos, dos ritos e de suas significações para construir uma memória positiva das bases nacionalistas que foram gestadas para durar. Respectiva e dialogicamente, o escopo teórico dessas categorias analíticas embasa-se nos estudos sobre quadros sociais da memória, memória social e coletiva de Maurice Halbwachs e sobre a linguagem em Mikhail Bakhtin. Sendo assim, este trabalho prioriza a língua em sua dimensão social dadas as circunstâncias de apropriação e produção discursiva tomadas como instrumento político durante períodos de governos ditatoriais no Brasil. Para isso, analisou-se como os mecanismos linguísticos foram utilizados como discursos ideológicos e sistematizados para construir uma memória social, coletiva e positiva do nacionalismo. Nosso marco de referência é a Escola Getúlio Vargas, situada na sede do município de Guanambi e inaugurada em 1938, uma instituição que subsiste do Estado Novo aos dias atuais. Os resultados da pesquisa apontaram que a memória construída na escola e no seu entorno por meio de discursos, símbolos nacionalistas e religiosos de caráter educativo permanecem em sua processualidade dialética na memória social e coletiva da cidade, consolidando-se como marco de referência social e político.

Palavras-chave: Linguagem. Educação. Memória.

LANGUAGE, MEMORY, AND CIVIC-NATIONALIST EDUCATION

ABSTRACT

In this article, we discuss how the schooling policies of the years 1937 to 1945, the New State period in Brazil, appropriated the civic, patriotic, and religious language as a resource for building a nationalist memory in its historical continuity. We started from the dialectical and dialogical perspective of language and looked at how linguistic signs were organized in different textual genres and appropriated symbols, rites and their meanings to build a positive memory of the nationalist bases that were created to last. Respectively and dialogically, the theoretical scope of these analytical categories is based on the studies on social frameworks of memory, social and collective memory of Maurice Halbwachs and on a language in Mikhail Bakhtin. Therefore, this work prioritizes language in its social dimension given the circumstances of appropriation and discursive production taken as a political instrument during periods of dictatorial governments in Brazil. For that, it was analyzed how linguistic mechanisms were used as ideological and systematic discourses to build a social, collective, and positive memory of nationalism. Our benchmark is the Getúlio Vargas School, located at the headquarters of the municipality of Guanambi and inaugurated in 1938, an institution that survives from the New State to the present day. The results of the research showed that the memory built in the school and its surroundings by means of discourses, nationalist and religious symbols of educational nature remain in

their dialectical process in the social and collective memory of the city, consolidating itself as a historical mark of social and political reference.

Keywords: Language. Education. Memory.

LENGUAJE, MEMORIA Y EDUCACIÓN CIVICO-NACIONALISTA

RESUMEN

Este artículo analiza cómo las políticas de escolarización de los años 1937 a 1945, el período del Estado Novo en Brasil, se apropiaron de la lengua cívica, patriótica y religiosa como recurso para la construcción de una memoria nacionalista en su continuidad histórica. Comenzamos desde la perspectiva dialéctica y dialógica del lenguaje y nuestro objetivo es ver cómo los signos lingüísticos se organizaron en diferentes géneros textuales y se apropiaron de los símbolos, ritos y sus significados para construir una memoria positiva de las bases nacionalistas que fueron creadas para durar. Respectiva y dialógicamente, el alcance teórico de estas categorías analíticas se basa en los estudios sobre marcos sociales de memoria, memoria social y colectiva de Maurice Halbwachs y sobre lenguaje de Mikhail Bakhtin. Por tanto, este trabajo prioriza el lenguaje en su dimensión social dadas las circunstancias de apropiación y producción discursiva tomadas como instrumento político durante los períodos de gobiernos dictatoriales en Brasil. Para ello, se analizó cómo los mecanismos lingüísticos se utilizaron como discursos ideológicos y sistematizados para construir una memoria social, colectiva y positiva del nacionalismo. Nuestro referente es el Colegio Getúlio Vargas, ubicado en la sede del municipio de Guanambi e inaugurado en 1938, institución que sobrevive desde el Estado Novo hasta la actualidad. Los resultados de la investigación señalaron que la memoria construida en la escuela y su entorno a través de discursos, símbolos nacionalistas y religiosos de carácter educativo permanecen en su proceso dialéctico en la memoria social y colectiva de la ciudad, consolidándose como un límite social y político.

Palabras clave: Lenguaje. Educación. Memoria.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930, as escolas públicas brasileiras são bastante preparadas, inexoravelmente, para a formação de uma memória nacional cuja base se sustenta numa linguagem de significações que aponta para o campo semântico instrutor do conservadorismo pautado na moral, no civismo, na religião e na civilidade. Para esse propósito, as políticas educacionais incumbem-se de usar os signos linguísticos a fim de garantir o fortalecimento do Estado e dos seus líderes políticos, sobretudo, como forma de sustentar períodos históricos mitigados ou aniquilados por processos autoritários.

A Escola Getúlio Vargas¹ estrutura-se durante o período cívico-nacionalista do Estado Novo e, por meio da educação cívica e nacionalista é fortemente arranjada e organizada, sustentando, ao longo do tempo, mesmo em suas modificações dialéticas, uma memória social amparada em seus valores morais.

¹ A Escola Getúlio Vargas ofertou o Ensino Primário durante o Estado Novo e durante a Ditadura Militar. Depois da LDB 9.394/96, o Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano continua sendo o cerne da instituição até os dias atuais.

Em outras palavras, as políticas educacionais do Estado Novo ecoam na memória social, coletiva e individual daqueles que participaram direta ou indiretamente da escola e, revitalizam-se, sobretudo, durante os anos da ditadura militar, retumbando na formação daqueles que estudaram ou que foram professores nos anos de 1964; uma vez que o nacionalismo, o patriotismo, o civismo e a religiosidade voltam fortemente a alicerçar a escola e, assim, reforçar uma memória política que lhe dá origem e sentido.

Nessa teia política, a linguagem é usada como marco social (HALBWACHS, 2004) de referência dessas memórias que se cruzam e se acomodam coerentemente umas às outras. Os signos linguísticos organizam-se e se sistematizam desde o nome da escola, da praça onde a instituição se localiza, até os documentos, que revelam uma eminente exaltação do patriotismo e da figura de Vargas como líder político.

Com efeito, a linguagem foi usada como importante instrumento de poder que visava a inculcar a ideologia varguista e disseminar o anticomunismo em todas as esferas sociais e culturais. A seleção dos léxicos utilizados para construção da visão positivista da educação é reflexo de um programa de governo que investia na propaganda e no controle do Estado. De um lado, os meios de comunicação referendavam o conjunto de ações e movimentos determinados pelo governo, e, de outro, a Escola Getúlio Vargas refletia os desmandos do ditador. Os meios de comunicação e instituições culturais converteram-se em representações propagandísticas que usavam a linguagem ou a palavra, conforme nos aponta Bakhtin (2006), como matéria-prima de todo esse território ideológico:

De fato, a forma linguística, [...] sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 2006, p. 70, grifo do autor).

Desse modo, o regime varguista serviu-se da linguagem para se projetar e fica evidente que os espaços sociais e culturais foram ocupados, sobretudo, pelas propagandas de exaltação ao líder político.

Parte do resultado da pesquisa “A Escola Getúlio Vargas: quadro social de referência da memória e da linguagem política” que apresentaremos neste trabalho refere-se à trama de significados que a linguagem adquire no processo de formação dessas memórias nacionais.

Esses elementos e mecanismos perduram ao longo da existência da escola: são os materiais e sujeitos sociais que por ali passaram e/ou se sentem partícipes de uma memória social construída sob seu poder.

MEMÓRIA E LINGUAGEM: CONVERGÊNCIAS IDEOLÓGICAS PARA FAZER DURAR

A linguagem é um dos recursos que possibilitam a transmissão e socialização do passado na sua necessidade presente, é um dos quadros sociais mais elementares, como diria Halbwachs (2004). Foi por meio da linguagem, em suas especificidades e interesses, que, em um tempo e espaços específicos e comuns, as coletividades moldaram seu pensamento e suas memórias (HALBWACHS, 2009).

Nesse sentido, a linguagem é um importante recurso de difusão de memórias que, dialeticamente, podem ser renovadas a serviço de continuidades ditatoriais, inclusive podem mover-se para a redemocratização. Esse deslocamento encontra suas bases no processo dialético e contraditório dos estágios políticos da sociedade; e a escola não está, pois, acima dessas relações sociais. Isso porque a sociedade não se arranja na abstração, organiza-se, sobretudo, em agrupamentos nos quais a memória ancora-se e é transmitida em seus estágios dominantes.

Mediante esse processo dialógico e dialético da memória e das relações sociais, a linguagem materializa-se como não-autônoma, pois é produto de todas essas interações sociais. Fiorin (1998) reconhece a complexidade em delimitar esse conceito, visto ser a linguagem, também, autônoma em relação às formações sociais: “o primeiro cuidado é, pois, não considerar a linguagem algo totalmente desvinculado da vida social nem perder de vista sua especificidade, reduzindo-a ao nível ideológico.” (FIORIN, 1998, p. 9).

Neste contexto, a linguagem é o alicerce teórico e prático utilizado como recurso retórico e ideológico com fins que assegurassem a reificação de uma realidade cujo nacionalismo pudesse ser fortalecido mediante uma exaltação patriótica orientada a partir de sua origem e sentido. A Escola Getúlio Vargas organizou-se e se consolidou durante o Estado Novo, transitou por anos democráticos, recompôs-se durante o regime ditatorial de 1964 e permanece, em suas mudanças dialéticas e contraditórias, modulando a realidade de uma comunidade, de um lugar.

Essa percepção oferece-nos as condições para pensar a perspectiva de incorporação

doutrinária de uma memória nacionalista, cívica, religiosa na educação brasileira durante as ditaduras do século XIX, sobretudo no Estado Novo, e recuperada em suas modificações pelos sistemas políticos que se sequeciam. Poderíamos dizer que as memórias construídas politicamente não se limitam ao recorte do período de sua governança, elas são transpostas e controladas pelas classes dominantes, sempre sendo vigiadas pelo Estado conservador para sua utilização, principalmente, por meio dos signos linguísticos colocados a serviço do Estado. Sobre isso, Bakhtin (1992, p. 277) afirma que “o signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente” para que seus interesses continuem sobrepujantes às aspirações das massas.

Esses signos materializam-se nos discursos políticos e ganham pujança, sobretudo, quando encontram, nos espaços culturais, posição de ressonância. Facilmente incorporados pelo poder que a escola lhes outorga, os signos, ideológicos por natureza, são tratados como manifestações de nacionalismo a fim de educar e doutrinar as memórias coletivas e sociais.

As memórias sociais produzidas, que coadunam com os interesses da classe dominante, são mantidas por marcos de referência sociais e políticos, e as memórias alternativas são relegadas, em outras palavras, submergidas ou silenciadas por práticas políticas e culturais de determinado tempo e lugar. Há, portanto, um controle social do uso da memória a partir da necessidade de manutenção, produção e reprodução de determinadas relações sociais.

Os discursos ideológicos dos anos de 1930 parecem ter sistematizado os lastros de uma sociedade, de formação de uma dada consciência social, nacionalista e cívica como individual, mas que, em sua essência, eram produzidos socialmente e difundidos por grupos restritos que pretendiam manter e concentrar o poder. A forma como as propostas educacionais são incorporadas pelos sujeitos envolvidos no processo formativo naturaliza esses discursos ideológicos de tal modo que a dissimulação faça parecer que o comportamento e opinião desses indivíduos lhes sejam próprios e autônomos.

Consideramos, pois, o espaço físico da Escola Getúlio Vargas uma representação que está além das possibilidades materiais de estrutura e arquitetura; é um espaço que comporta significados por preservar em sua concretude as memórias de todos que passaram pela instituição ao longo de todas essas décadas. Desse modo, os textos escritos, as narrativas dos ex-alunos e dos ex-professores e a arquitetura preservada da escola unem-se em uma dialética comum de significados a respeito da representação do que foi essa instituição e seus valores para a sociedade local, permitindo a esses sujeitos manter um diálogo do passado com o presente ancorados sobre as memórias coletivas e sociais.

A vida social e pedagógica vivida nesse espaço escolar por alunos, alunas, professores, professoras, tornara-se fundamental para a durabilidade e para a edificação de significados de uma educação que demarca valores e formas de comportamentos conservadores sustentados numa memória do dever, da ordem, do progresso, demarcados por um positivismo que comparece como fundamental para a formação de uma sociedade. Desse modo, a estabilidade do espaço possibilita que as memórias compartilhadas, vividas ou recebidas em comum durem e se conservem, como ressalta Halbwachs (2009):

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2009, p. 39).

Na esteira dessas permanências, os signos tornam-se elementos equalizados e modulados para a construção de memória que permaneça, que dure. Segundo Bakhtin (2006, p. 24), os signos são um elo de comunicação entre a ideologia e a consciência individual, e, ao absorvê-los, o indivíduo incorpora e assume essa comunicação. Nas palavras do autor, nós ligamos os signos “às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos”.

Desse modo, Bakhtin evidencia a importância da linguagem para o estabelecimento dessas ideologias e aparelhamento do Estado. Seus estudos compreendem que a língua não está acima da ideologia nem tampouco dos processos políticos. A língua é posta a serviço do Estado e dos Aparelhos Ideológicos por ele mantidos. Há uma correspondência de reflexão e refração, pois a língua é a “realidade material específica da criação ideológica” (BAKHTIN, 2006, p. 16).

Não se pode tratar de ideologia sem concatená-la à memória e à linguagem. Compartilhamos da acepção de memória apresentada por Halbwachs (2009), em cujas pesquisas inaugura uma nova abordagem para a compreensão de memória e dos seus pontos de ancoragem, os quais o autor denomina e conceitua como quadros sociais da memória. Valores, visões de mundo, concepções constituem quadros duradouros de referência da memória. Essas memórias resultam das vivências sociais e coletivas, o pessoal e o particular envoltos nos estratos da coletividade. A memória, pois, constrói-se por meio de situações comuns compartilhadas por um mesmo grupo em dadas circunstâncias. Imaginemos quando essa memória é ideologicamente pensada para ser construída com a finalidade formativa da

consciência social, por meio da educação.

Halbwachs compreende a linguagem como quadro de referência necessário para transmissão da memória, no entanto o autor não aciona que, nessa transmissão, também comparece uma linguagem carregada de sentidos e significações. Apesar disso, suas contribuições são muito importantes quando a linguagem torna-se um dos principais quadros de referência da transmissão; contudo, esta pesquisa reclama o estudo da linguagem para além da neutralidade, como instrumento dialógico, interacionista e marcado pelas relações de poder que entrelaçam a sociedade. Por esse viés, seguimos o fio condutor dos estudos bakhtinianos que se regem pela ideologização natural da linguagem. Para esse autor, a linguagem

[...] faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ela também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Nesse sentido, tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo (BAKHTIN, 2006, p. 29).

Falar de linguagem pressupõe estender-se ao entendimento sobre o signo linguístico, visto que é o signo que atribui significações à linguagem. Bakhtin (2006) ancora-se nas teorias marxistas da criação ideológica para esclarecer que os estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral - e por que não acrescentarmos a educação? - estão, de algum modo, sob uma relação de causa ou efeito, ligados aos problemas da filosofia da linguagem.

Na educação, são muitos os signos que se tornaram marco de referência de memória: objetos didáticos e símbolos nacionais realinharam-se às intenções do regime político e passaram a servi-lo em uma proposta de reordenamento moral e cívico da população, assumindo significações que transcendem a materialidade do objeto. Bakhtin (2006, p. 31) explica que “cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”. Desse modo, os espaços educacionais foram instrumentalizados ideologicamente e não só refletiam a parte material da realidade, mas também retratavam as condições de produção e apropriação discursiva. Sobre isso, Bakhtin esclarece e reforça o que já foi dito:

[...] tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia (BAKHTIN, 1992, p. 31).

Os objetos, os quais Bakhtin (2006) nomeia de corpos físicos, passam a ser reconhecidos

como signos cujas práticas e posturas pedagógicas, numa relação dupla entre refletir e refratar, fortaleciam e refletiam relações ideológicas de dominação e retratavam as relações ideológicas dos dominados.

Desse modo, a linguagem sempre esteve a serviço das manipulações ideológicas inauguradas na ditadura do Estado Novo. É preciso, portanto, compreender o caráter autoritário veiculado nas mais diversas esferas sociais, que encontrou nas instituições escolares um local importante para ressoar e, nas palavras de Capelato (2008, p. 21), “conquistar ‘corações e mentes’”.

Bakhtin (2006) explica que qualquer objeto pode transcender sua funcionalidade ou ordem pragmática e se tornar um símbolo de caráter ideológico. Compreende-se, pois, que um corpo físico é levado à condição de signo ideológico por meio da interação e de um acordo social, ou seja, quando “essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras” (BAKHTIN, 2006, p. 29). O signo linguístico só pode ser concebido nas tramas das organizações e dos contextos sociais mediante relações de poder que instituem o que deve ser lembrado e o que deve compor o processo educativo.

Por sua vez, também, a temporalidade é um marco inerente na processualidade dos episódios históricos. Os grupos de referência mantêm-se vivos enquanto houver indivíduos compactuando da mesma linguagem e da mesma comunidade afetiva daquela coletividade.

Estamos falando de um tempo coletivo, em oposição à duração individual. Agora se impõe a questão de saber se é um tempo único; de modo algum o julgamos antecipadamente. Segundo a teoria que discutimos, por um lado haveria tantas durações quantos indivíduos e, por outro lado, um tempo abstrato que a todos compreenderia. [...] o tempo aqui só nos importa na medida que nos permita reter e lembrar os acontecimentos que ali ocorreram (HALBWACHS, 2009, p. 124).

Considerando como hipótese que tempos históricos são transversalizados pela linguagem e que se cruzam por intermédio de memórias vividas ou recebidas entre homens e mulheres reais, tornando-se seus marcos de referência social, elegeu-se triangular as narrativas de ex-professores, de ex-alunos e os documentos escritos nos quais compareciam uma linguagem cívica, religiosa, patriótica e nacionalista, geralmente, expressa por signos linguísticos e por referências simbólicas.

Entrevistamos ex-docentes e ex-discentes que protagonizaram e compuseram os anais da instituição, vivenciaram a escola entre os anos de 1950 e 1970, sejam como professoras, a

exemplo de N.A.B. e E.G.C.L., ou como alunos(as), como é o caso de J.C.L.C.², além de participarem da instituição nos anos posteriores ao Estado Novo e durante os anos da ditadura militar. Ambos os grupos de sujeitos compõem o quadro dos docentes e do corpo discente que receberam diretamente essas incursões de doutrinação conservadora.

Esses grupos recebem essas experiências e se apropriam em tal medida que se tornam também ponto de ressonância capaz de reverberar para outros grupos: a memória é, pois, o fio condutor que se ancora nos marcos de referência, sobretudo na linguagem, e torna o nacionalismo, o civismo e o patriotismo de cunho conservador elementos perenes e transitáveis historicamente.

Desse modo, a Escola Getúlio Vargas protagoniza-se como marco social da memória ancorada, sobretudo, numa linguagem expressa por signos que refletem e refratam ideologias nacionalistas. Partindo, pois, dessa indicação, a triangulação das fontes ensejou verificar se de fato havia uma linguagem cívica, religiosa, patriótica e nacionalista, geralmente, manifestada como expressão de signos linguísticos e referências simbólicas ancorados numa base nacionalista.

Após as audições dos docentes e dos ex-discentes, coletamos informações de suplementos pedagógicos, tais como livros e cartilhas, e outros documentos de caráter escrito, como atas e inventários. Cotejamos e observamos que tanto os registros orais quanto escritos apresentam afinidades que marcam a potencialidade ideológica do processo educativo baseada na linguagem, signos e valores fortemente instaurados no pensamento fundante da escola nos anos de 1930, que sinalizam a importância de interpretar os sentidos e significados produzidos pelos ecos dos discursos morais e cívicos.

Em síntese, realizamos entrevistas com sujeitos que compuseram o cenário da Escola Getúlio Vargas e exploramos os registros documentais dessa instituição. Assim dizendo, tivemos acesso a ex-professores e a ex-alunos que estiveram na escola por décadas distintas e que portanto, conviveram num espaço regido por governos e políticas públicas multifários, uma instituição que não se arranjava mais nos contextos dos anos anteriores, mas que, mesmo nos processos de redemocratização, recorreu ao passado, ainda que modificado, para a manutenção dos seus princípios. A Escola Getúlio Vargas não é mais a mesma nem tampouco as circunstâncias políticas, sociais e históricas que a embalaram, porém perscrutamos até onde a

² Elegemos identificar os entrevistados com as iniciais dos seus nomes e apontar qual a relação que esses interlocutores estabelecem com a instituição visando a priorizar o objeto de estudo e seus desdobramentos e à preservação das identidades conforme acordado durante os momentos de escuta.

instituição seguiu seu curso guiada pelas águas de sua nascente: um passado que permanece mobilizado no tempo e nas memórias dos sujeitos que ali exerceram suas funções durante esses períodos.

A ESCOLA GETÚLIO VARGAS: UM ACERVO DE LINGUAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA NACIONALISTA, CÍVICA E RELIGIOSA

A Escola Getúlio Vargas inaugurada durante o Estado Novo (1937-1945) leva o nome de seu patrono como uma das ações encarnadas de sua política nacional, cujas marcas ressoam até os dias atuais. É um monumento representativo do parque histórico da cidade, considerado um patrimônio do município e, desde 2008, compõe um projeto de lei que sugere seu tombamento.

A forma como a Escola Getúlio Vargas é recuperada pela memória e materializada nos discursos, não só dos ex-alunos e ex-professores, expressa tanto a respeito do espaço, como também da própria linguagem sobre esse lugar, o que se articula nos documentos, na arquitetura e nas narrativas. Há, pois, uma relação dialógica de contiguidade e encadeamento entre esses três elementos: linguagem, espaço e memória. A linguagem não está manifesta somente no que é dito ou no que foi escrito. A estrutura da escola, sua preservação e como suas significações são recuperadas pelos ex-alunos e pelos ex-professores comportam uma definição que ultrapassa os limites das palavras, mas que também gestam memórias afetivas por meio de outras linguagens e signos.

O prédio da Escola Getúlio Vargas, para os seus ex-alunos, ex-professores, até mesmo para a sociedade, representa uma fonte que estabiliza as memórias, servindo-lhes de âncora para suas lembranças, cujas associações com o espaço físico são retomadas a qualquer tempo, pois vão se constituindo como uma importante referência de memória. A estrutura arquitetônica da escola representada na Figura 1, logo abaixo, é posta por esses atores como uma imagem convincente, e em geral, podemos verificar que é utilizada como um recurso para ressaltar, enaltecer e reificar os marcos sociais de referência da memória como bem social, conforme fora utilizado pela política educativa da memória social do período em foco. As estratégias de uso da linguagem durante o governo do Estado Novo, que ressoaram nas propagandas de sua autolegitimação e projeção de sua imagem, também ecoaram por meio da arquitetura das escolas, discursos e narrativas formativos da memória social e coletiva.

FIGURA 1 - Fachada atual da Escola Estadual Getúlio Vargas

Fonte: Blog Cotidiano de Humberto Reis³

Bakhtin (2006) explica que essas relações de comunicação, tais quais as utilizadas por Vargas, estão ligadas às estruturas sociais e alicerçadas sobre constructos ideológicos que lhes atribuem significações específicas e pontuais.

Para o locutor-ouvinte ingênuo, usuário da língua, esta não é tampouco um sistema estável e abstrato de sinais constantemente iguais a si mesmos e isolados por procedimentos de análise distribucional. Ao contrário, a forma linguística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação. O valor novo do signo, relativamente a um tema sempre novo, é a única realidade para o locutor ouvinte (BAKHTIN, 2006, p. 15).

A linguagem estabelece uma relação dialética com as ações estatais de fortalecimento e consolidação do Estado à época; devendo-se compreendê-la, portanto, por um viés dialógico de produção do sentido; por meio dela, conceitos, conflitos e conformações sociais foram representados a fim de impor uma maneira de organizar e sistematizar a sociedade. Assim, a linguagem traça, ao sabor dos interesses do Estado, o “enfrentamento político no qual a luta de forças simbólicas provoca mudanças na sociedade” (CAPELATO, 2008, p. 32).

O monumento arquitetônico da escola Getúlio Vargas e a praça onde a instituição foi construída sintetizam-se espaços utilizados como linguagem do regime político em voga. Todos esses elementos convergem-se e desaguam na escola, que refletia as políticas de um Estado

³ Disponível em: http://photos1.blogger.com/x/blogger/5692/4216/1600/37051/Esc_GetulioVargas_mini.jpg. Acesso em: 08 jul. 2016.

nacionalista cujas expressões, ao longo do tempo, mantiveram-se por meio de uma linguagem material e subjetiva a qual expressa símbolos e significados de exaltação ao patriotismo.

Na Ata de inauguração do Grupo Escolar Getúlio Vargas escrita em 10 de Novembro de 1938 é informado, por exemplo, que as festividades culminaram com o hasteamento da bandeira às 6 horas da manhã em frente à Prefeitura Municipal, após passeatas acompanhadas de fogos de artifícios e exclamações de apoio ao governo.

Documentos que descrevem a solenidade de inauguração, entre eles, a referida ata, tornam evidentes a suntuosidade e ostentação do evento de inauguração da escola, que se põe em sintonia com o entusiasmo e a festividade patriótica inerentes às propostas getulistas, como pode ser visto no trecho abaixo, extraído do referido documento:

[...] precedida de um Jazz band, durante a qual foram queimados rojões e foguetes e erguidos calorosos vivas ao Egrégio Presidente Getúlio Vargas, ao Eminentíssimo Doutor Landolfo Alves, ao Estado Novo e outras autoridades do Estado e da República. A passeata alongou-se até quase cinco e meia da manhã. Às seis horas em ponto, o povo reuniu-se em frente à Prefeitura Municipal para o hasteamento da Bandeira (Ata de inauguração, 1938 – Anexo A).

Nesse mesmo encaixo, a Professora N.A.B. narrando parte de sua trajetória de maneira espontânea recupera as datas que demarcam seu introito ao magistério; afirma ter começado a lecionar em 1948. Mas, embora a referida professora não tenha presenciado a inauguração da Escola Getúlio Vargas, ela se recorda, pois, que a despeito de não ter sido estudante na Escola em estudo, em alguma medida, inseria-se e estava à mercê das imposições de seu contexto político pedagógico. Em suas palavras:

O [colégio] Getúlio Vargas foi inaugurado em 1938. 10 de novembro de 1938. Eu era estudante ainda. Eu acho que eu tenho a Ata da Inauguração do GV. Ele foi inaugurado como Escolas Reunidas Getúlio Vargas. De um lado era masculino; do outro lado feminino. Até pouco tempo ainda tinha escrito lá na parede: masculino e feminino (N.A.B., 2017).

E, desse modo, suas memórias foram entremeadas às memórias coletiva e sociais, que encontram no espaço físico da escola uma ancoragem marcada por um movimento contínuo de sua permanência dialética no tempo.

A constante exaltação do espaço físico da escola continua sendo um recurso para representar a sua importância para a sociedade, seus grupos de egressos, professores e, possivelmente, a esperança de que o tempo pretérito da escola pública majestosa continua presente e continua vivente.

A Figura 2, por exemplo, foi envidraçada e distribuída às instituições de ensino do município como um “souvenir” que recupera, em tom comemorativo aos seus 70 anos de inauguração completados em 2008, alunos fardados representando épocas distintas sob a legenda que destaca sua dinâmica septuagenária e o lema da responsabilidade educacional e social para a cidade.

FIGURA 2 - Fachada da EGV em 2008



Fonte: Acervo documental e fotográfico do ex-aluno J.C.L.C. Fotógrafo desconhecido.

Poderíamos dizer que, muito mais do que a própria escola, a fachada da instituição com seus alunos na porta comporta um apelo ao espaço como quadro social com traços de afetividade e da necessidade de resguardar a memória. A memória coletiva está sempre ancorada em “marcos sociais”, no caso, no marco espacial, ou seja: “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial e não há grupo que seja uníssono se não reconhecer-se como membro de um mesmo ponto de referência e localização” (HALBWACHS, 2009, p. 170).

Memória e espaços interseccionam-se, pois. O espaço físico da Escola Getúlio Vargas ultrapassa a sua mera materialidade para conjugar-se com um todo muito mais amplo e que vive, sobretudo nas memórias daqueles que compuseram os grupos que por ali trafegaram ao longo de todas essas décadas. É nesse aspecto que a individualidade trança com a coletividade.

E, nessa perspectiva, é preciso considerar, como de certo modo induzira o próprio Halbwachs (2009), que a memória se constitui uma importante instância de transmissão e

reconstrução das experiências passadas para a manutenção de uma dada sociedade por meio da preservação de espaços físicos como importantes fontes de manutenção do passado de valor significativo e relevante para as memórias coletivas. Muito embora Halbwachs (2009) não se debruce sobre os usos da memória e sua abordagem numa esfera social de classe, Magalhães; Almeida (2011) oferecem-nos algumas proposições acerca das significações do passado como uma estratégia de análise para se compreender que a memória coletiva e social não se modificam pela ação do tempo, mas precisam ser analisadas sob a inscrição dos seus contextos de produção e recomposição material e social, ou seja, não se pode tratar de memória sem “indagar sobre quais ‘visões de mundo’ prevalecem ou são relegadas” e sob quais condições; é preciso ainda questionar quais são os interesses dos grupos sociais e quais as condições materiais que regulam a produção e a reprodução da memória (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 101).

Desse modo, o passado e o presente estão em constante interação quando se trata da Escola Getúlio Vargas e de sua representatividade não só para aqueles que compartilham dos mesmos quadros sociais, como também, para a sociedade local e regional, que também incorporou os valores alicerçados no movimento do Estado Novo a tal ponto de este ser um marco de memória forte que sobrevive ao longo do tempo.

Nos documentos e nas narrativas dos ex-alunos da escola, a estrutura da instituição é retomada como uma linguagem consubstanciada nas memórias tão fortemente demarcadas pelas políticas de cunho nacionalista. Essa valorização do espaço, não só pelos ex-alunos e ex-professores, como também pela sociedade, chegando ao poder público local, conduz à preservação do lugar com constantes abordagens de uma linguagem pictórica e fotográfica que rememora o passado por meio da arquitetura da escola. Desse modo, entendendo a Escola Getúlio Vargas sob a ótica da memória social, observa-se que a estabilidade do seu espaço, como manifestação de linguagem, possibilita uma recuperação mnemônica do passado e de todo o processo político que direcionou e convergiu outras linguagens concernentes às atividades pedagógicas. Como ressalta Halbwachs:

Portanto, não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário, é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 2009, p. 189).

A Escola Getúlio Vargas é reconhecida como uma cápsula de memórias do vivido das professoras e das diretoras transmitida aos seus alunos que reiteram as atividades cívicas realizadas pela escola. A atual diretora da instituição, no entanto, revela que, ao assumir o cargo em 2009, sentiu-se lisonjeada, mas que, diante das suas expectativas, ficou “surpresa com a estrutura da escola, pois tinha em mente outra visão do espaço escolar. Imaginava um pátio imenso, espaçoso, no entanto me deparei com um pátio pequeno, estrutura antiga, com portas e janelas gigantes” (TEIXEIRA; TEIXEIRA; 2018, p. 131). É interessante observar, como ressaltara Halbwachs (2009), que a memória é marcada pelo que é vivido e pelo que é recebido. A memória construída por quem viveu o espaço da escola é marcada por uma memória afetiva; a diretora atual, por exemplo, surpreende-se quando compara o que recebeu como informação com o que constatam os entrevistados, ou seja, os atores que vivenciaram aquele espaço.

O prédio, sua arquitetura e todas as peças que o integram representam para os ex-alunos, ex-professores e para os moradores da cidade uma forma de comunicação expressa por uma linguagem simbólica que se manifesta por sua suntuosidade e que é utilizada também como recurso de memória, cujos sentidos são individuais, mas compartilhados pelo coletivo. Esse todo significativo expresso por meio da arquitetura constrói um plano discursivo e, pois, dialógico, o que, na teoria bakhtiniana, ultrapassa as fronteiras da linguística estruturalista, ou seja, grosso modo, o prédio da escola é a expressão de uma linguagem cujos significados podem ser interpretados no plano do discurso; não no plano da língua e das análises linguísticas.

Essa abordagem do espaço físico como linguagem é fundamental para compreendermos o princípio social dessa linguagem que comunica valores, estéticas e mantém viva a memória coletiva e suas relações feitas para durar. Os significados do espaço físico como fenômeno linguístico partem do princípio dialógico da linguagem que se fundamenta numa abordagem social, interativa e simbólica por meio de manifestações materiais duradouras do ponto de vista físico e afetivo.

A partir dessa abordagem dialógica do espaço físico como linguagem, os sentidos que enredam o tecido de toda a arquitetura da escola projetam-se em seus efeitos de linguagem, reverberando sua mensagem de forma estática e viva ao longo do tempo. Com isso, os efeitos de sentido que vicejam do espaço físico da escola coexistem a partir do compartilhamento de construções discursivas das quais os sujeitos, as memórias e as significações constroem-se discursivamente no processo de interação, na relação com o outro.

Desde a sua inauguração, a escola – seu espaço e sua dinamicidade – sustenta-se num sistema social de signos e, pois, significados, utilizando como suporte textos e discursos, sendo

necessário atentar-se ao processo de direcionalidade dessas ações discursivas. O Hino a Getúlio Vargas, por exemplo, segundo relatos de uma ex-professora, era recuperado com frequência no cotidiano escolar.

NO BRASIL GETÚLIO VARGAS

I

No Brasil Getúlio Vargas
De um heroísmo sem par
Zombando da própria morte
Para o Brasil, Brasil, Brasil libertar.

II

Salve data gloriosa
A pátria inteira bendiz
Aos seus filhos valorosos
Tornou-se o Brasil, Brasil, Brasil feliz.

III

O nosso peito palpita
Vibra nosso coração
O Brasil já está liberto
Salve, salve, pois, a revolução.
(Professora Nice Amaral)

Nessa circunstância, a linguagem, também, como recurso de memória aparece claramente nas estrofes do hino e se põe a serviço de todos os mecanismos ideológicos que apontavam para uma visão enaltecida do Presidente da República à época – Getúlio Vargas. Os níveis estruturantes de uma sequência de construções léxicas se encerram na segunda e na terceira estrofes destacando a intenção de suggestionar a comunidade escolar para um sentimento de júbilo ao regime político iniciado em 1937 e nomeado de “Revolução” nos versos do cântico.

No início do Hino, a figura de Vargas é elevada à categoria de herói para ratificar o chamado às congratulações como efeito da promulgação do Estado Novo, o qual merece ser reverenciado com um “salve” à “data gloriosa”, capaz de tornar “o Brasil, Brasil, Brasil feliz”.

Como se vê, a figura de Getúlio Vargas é o fulcro da linguagem para a reificação do novo regime. O presidente concentra os três poderes, indica todas as autoridades e monopoliza o Estado. A máquina estatal elege e, sobretudo, cultua o nome do presidente que é figurado em eventos e documentos, associado à argumentação nacionalista por meio da linguagem expressa no cinema, no rádio, nos desfiles cívicos e nas atividades desportivas e, também, por meio da divulgação da imagem de um povo forte e trabalhador tal qual seu presidente. A ex-professora

N. A. B. narra:

Ele [Getúlio Vargas] inaugurou escolas aqui... Getúlio Vargas aqui em Guanambi. Em Caculé, tem igualzinha, a mesma planta. Não foi ele que inaugurou todas não. Quando Getúlio Vargas criou essa escola, criou também a de Rio de Contas, a de Caculé... em homenagem ao presidente do Brasil, criador das Leis Trabalhistas.

A homenagem da escola a Getúlio, foi porque ele fez algumas coisas... ele ficou na presidência sozinho, não foi? Então, foi por influência dele mesmo. [...] (N. A. B., 2017).

A cidade de Guanambi, apesar de não compor a rota de desenvolvimento e mercantilização dos produtos que davam novos rumos à economia do país, também se manteve no lastro do projeto estadonovista. A respeito disso, os versos poéticos da escritora guanambiense, como podem ser vistos abaixo, localizam-nos no tempo e reafirmam o encadeamento de elementos que estavam afinados ao roteiro formulado e executado pelo Estado Novo. Senão, vejamos:

Dia dez de novembro,
Trinta e oito terminava,
Quando o Estado Novo
A data se festejava,
O grupo *Getúlio Vargas
Guanambi inaugurava.

*Escolas Reunidas Getúlio Vargas (MEIRA, 2007).

Do ponto de vista do processo formativo, a escola esteve voltada, sobretudo, para a formação da “elite intelectual”, cristã e moralmente capaz para a condução do país. Esses princípios normativos baseados na ordem por meio da conduta nacionalista, como já foi dito, são transmitidos à posteridade pela linguagem baseada nos usos da memória.

Quando a escola completou 70 anos, em 2008, ocorreu uma homenagem à diretora da instituição que estava na gestão durante os anos de 1969 a 1975. São recuperados vários cânticos intitulados “Músicas que Dona Wanda gostava de cantar e ensinou a todos que com ela conviveu”, que sinalizam e dão indicações da biografia de Dona Wanda. O material estampa várias canções que foram utilizadas para comemorar o aniversário de inauguração da escola. A professora, Wanda Neves Freitas de Lélis, atuou como diretora da instituição de 1969 a 1975 e representa, na atualidade, um importante marco para a educação local. Na homenagem à professora Wanda, fica evidente, por meio de seus cânticos recuperados e distribuídos em papéis mimeografados, que a linguagem religiosa, reiteradamente composta nas letras das

músicas, revela a disciplina que se dividia, ora pelo civismo, ora pela presença marcante do catolicismo como instrumento ideológico de contingência e coesão social.

Isso se observa na segunda música, intitulada: “2ª) Oração “Oh! Deus onipotente”. Noutro cântico - “3ª) O balanço do mar” -, também, faz-se referência à linguagem religiosa quando se leem versos em que comparece reiteradamente o poder atribuído a Deus; vejamos: “Deus fez o balanço do mar/ Ninguém pode duvidar/ Eu fiz a jangada que ocorre/ Deus fez o vento pra soprar/ Eu fiz o mocambo de palha/ Deus fez a morena pra gente amar./ O balanço do mar...”.

Noutra canção, cujo título é “Sete de setembro”, aparecem elementos linguísticos que apontam para um viés cívico e ressalta, como ocorre em hinos nacionais, elementos da natureza numa perspectiva de exaltação à pátria: “Oh que lindo dia/ Que bela noite/ Esplêndida do luar/ Tanto regozijo da mocidade que faz encantar”. A presença de elementos da natureza nas canções sinaliza um investimento na construção da identidade nacional e um alinhamento de posições entre a associação e as posturas ideológicas ditatoriais. Enaltecer as belezas naturais, em alguma medida, contribui para a ideia de pertencimento e de identificação com o país.

Os cânticos recuperados durante a homenagem à referida professora de certo modo fazem um trânsito entre o Estado Novo, o entremeio dos seus períodos de redemocratização e da ditadura civil-militar (1964-1985) prosseguindo na memória de quem a vivenciou.

Por sua vez, esses registros prosseguem, por exemplo, na caderneta da professora Elvira Ana Cotrim, que exerceu a docência na escola entre os anos de 1974 e 1975. Encontram-se registradas na caderneta referente ao ano letivo de 1975 as comemorações do 07 de setembro, como por exemplo a anotação do “treino de marcha”, ou seja, períodos durante o dia letivo em que a sequência de movimentos articulados e ritmados eram ensaiados para o momento cívico.

Esses signos presentes em todos esses documentos manifestam as relações dos enunciados com outros presentes em gêneros textuais distintos. O patriotismo gestado e carimbado na inauguração da escola apresenta-se em diferentes graus de presença e em enunciados diversos. A professora Lourdes, por exemplo, apresenta-se honrada em poder falar sobre a Escola Getúlio Vargas e resume sua trajetória apontando que, quando já era professora concursada, foi designada para o cargo de vice-diretora em 1989, um cargo político, e, em 1990 - indicada pelo Prefeito Sr. José Neves Teixeira - foi nomeada como diretora, ou seja, em pleno processo de redemocratização após a ditadura militar.

Lourdes se lembra das horas cívicas que ocorriam na escola todas as terças-

feiras, nos turnos matutino e vespertino, com hasteamento da bandeira, cantavam o Hino Nacional, declamavam poesias, refletiam sobre o que é ser cidadão, sobre os assuntos que ocorriam em nossa cidade e em rede nacional (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 2018, p. 128).

Os registros da escola apontam que o contexto político e os processos pedagógicos fundantes da instituição, durante o Estado Novo e conforme as singularidades do governo militar, conduziram a trajetória da Escola Getúlio Vargas que, por sua vez, escoou pelas décadas subsequentes chegando ao tempo presente, fato que se confirma na linguagem presente nos materiais produzidos na escola, nas falas das professoras e alunos.

Na entrevista da professora E.G.C.L. (2018), transcrita abaixo, ela se remete à década de 1950, quando era aluna na escola, depois ao período democrático posterior ao Estado Novo, mas também, posteriormente, quando se torna professora nos anos de 1964 em pleno arroubo do golpe militar. Em seguida, E.G.C.L. foi diretora nos idos de 1987, portanto, no processo de redemocratização, após a ditadura civil-militar. A narrativa da professora é, pois, um bom exemplo de como a escola transita seus valores e normas ao longo do tempo.

Eu fui aluna do Getúlio Vargas. Porque também só tinha essa escola. Eu usei uma das primeiras fardas. Eu entrei na escola com uns 7 anos, eu nasci em 1947 e entrei na escola em 1954. Já não era escola isolada, era Grupo Escolar. O Getúlio Vargas, desde quando eu fui aluna, até depois que eu passei a ser professora, antes de abrir os portões, os alunos reuniam de frente da escola para cantar o hino nacional. Como prova disso, eu sei o hino nacional todinho de cor porque fui aluna e professora. A escola ficava ali naquela praça, quando os meninos apontavam - isso aí eu já era professora e Dona Vanda, a diretora - lá no início da praça, se estivesse cantando o hino nacional, eles ficavam parados em respeito. O patriotismo era muito acentuado, era muito cobrado. Eu fui professora do Getúlio Vargas... Eu fui nomeada em 1969, então eu fiquei assim, uns dois anos (E.G.C.L., 2018).

As memórias social e individual-coletiva da instituição, cujo nome permanece inalterado até hoje nos remete a reafirmar que a linguagem é um importante quadro social de referência para a construção de uma memória baseada em preceitos cívicos, morais e religiosos que consubstanciaram a escola durante os trânsitos do Estado Novo aos dias atuais.

A educação, portanto, principalmente em tempos conservadores, costuma ser um dos suportes para elementos linguísticos ideológicos utilizados como estratégia de socialização do nacionalismo que, por sua vez, usava a linguagem como principal recurso doutrinador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PONTO DE CHEGADA ENTRE A LINGUAGEM E A MEMÓRIA

A Escola Getúlio Vargas foi inaugurada em comemoração ao primeiro aniversário de instauração do Estado Novo. Não é novidade que esse período foi fortemente imiscuído por um projeto de nação e de gestação para conceber uma nova realidade social. Essas estratégias foram sistematizadas a partir do afinamento da linguagem a fim de instituir um sentimento nacional que fomentasse uma memória cívica capaz de permanecer em vigência durante um longo tempo. Desse modo, a pesquisa visou compreender como a memória social e coletiva perdura em sua processualidade dialética por meio da organização de uma linguagem cujo enredamento de signos constrói uma memória nacionalista mediante a valorização de símbolos, imagens e conteúdos escolares voltados para a religiosidade, para a ordem e para o patriotismo.

Nosso ponto de partida é o governo ditatorial getulista, que se empreendeu, portanto, em criar organismos que visavam à educação da população, ao controle das comemorações e das manifestações populares, além de impor uma inspeção constante aos meios de comunicação visando a construir uma memória nacional que pudesse torná-lo legítimo e prestigiado pelas massas. A análise e cotejamento dos dados assinalam que a Escola Getúlio Vargas foi um dos nichos de investidura do governo e o ideal de brasilidade e a renovação requerida foram embebidos no e por esse espaço escolar. Apresentado, desse modo, como um período de redenção, o Estado Novo alistava-se uma nova fase política de expurgo dos erros do passado.

As fontes cotejadas apontam que a trajetória da escola transitou por todos os regimes políticos após 1938, períodos de ditadura intercalados com períodos de democratização, guardando sua essência de escola formadora de homens e mulheres ordeiros, nacionalistas e religiosos. Sendo assim, certificamos que, embora historicamente haja mudanças de regimes políticos, as memórias e as ideologias construídas e apropriadas na época da inauguração da Escola atravessam seus marcos temporais, movimentam-se, sobretudo, por meio da linguagem e estruturam um dado modelo pedagógico.

Sendo assim, as memórias sociais, coletivas dos sujeitos que vivenciaram períodos da Escola Getúlio Vargas encontram pontos de convergência, pois, de algum modo - ou como docente, ou como discente - todos compartilham da combinação das memórias relacionadas e sob influência dos fundamentos construtores da instituição, que representa o lastro de uma formação moral, cívica, religiosa e nacionalista desde a década de 1930. E, para isso, a linguagem foi utilizada como um importante recurso. Halbwachs (2009, p. 72) ressalta que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestados de seu ambiente”.

Assim, a linguagem torna-se um recurso ideológico de persuasão para a consolidação de um efeito de sentido que dura como uma verdade, cujos usos sociais e políticos deliberados atribuem-lhe um papel estratégico na organização do pensamento educacional, principalmente na escola. Desse modo, a linguagem é protagonista quando pensamos os efeitos de memória conservadora na sua processualidade histórica, nas suas implicações ao longo do tempo, suscitando uma análise apurada das linguagens ideológica, autoritária e moralista produzidas.

O diálogo entre a memória e a linguagem produz uma continuidade social de significados e valores que operam o vínculo entre os processos políticos; contudo, também é preciso considerar que essas linguagens são apreendidas e operacionalizadas por sujeitos que não são apenas seus transmissores, mas agem sobre elas. Nesse sentido, não estamos desprezando a atuação dos sujeitos sobre a realidade, mas considerando que as operações ideológicas sistematizadas para a formação de crianças e de professores para o pensamento conservador tendem a ser bastante utilizadas como mecanismo de formação de memórias positivistas.

Na perspectiva bakhtiniana a respeito da linguagem, tencionamos seu caráter eminentemente social e significativo, portanto, ideológico. O autor utiliza metaforicamente o termo “arena” para simbolizar o campo de atuação do signo linguístico. É nessa arena que se desenvolve a luta de classes, cuja manipulação é a espinha dorsal dos regimes políticos. Dessa forma, é no campo da linguagem que a memória será sistematizada para que seus marcos referenciais possam ser recobrados posteriormente.

Não há, pois, neutralidade nos signos, em especial, nos signos linguísticos implementados nas escolas. Os símbolos nacionais e a construção discursiva presentes em atas, em materiais didáticos e nas narrativas dos sujeitos podem se constituir como fontes fundamentais para o entendimento da manutenção dialética de interesses ditatoriais e conservadores. Por isso, é importante considerar toda essa linguagem como um discurso, segundo sentença Bakhtin (1998). O discurso e essa dialogicidade não precisam estar atuando no mesmo tempo e no mesmo espaço, ou seja, não precisam estar face a face.

Enquanto existirem documentos, há um sinal de que se continua preservando a memória, isso significa que esta continua sendo revivida e em constante movimento para permanecer vívida e não lançada no limbo do esquecimento. Dessa maneira, os registros escritos encontrados na e a despeito da escola Getúlio Vargas, se postos organicamente, passam a incorporar um significado e uma rica fonte de informação.

Essas condições linguístico-discursivas agruparam as doutrinas que sistematizariam

uma memória social da escola para o civismo e o patriotismo, como fins para sustentar os propósitos de um cidadão cordado e religioso, como pode ser visto nas propostas pedagógicas autoritárias inscritas, particularmente, de 1930 e de 1964, e que não deixam de alimentar as construções político-pedagógicas posteriores mesmo em períodos de redemocratização.

Em síntese, constatamos que os marcos de referência da escola são imperativos na processualidade histórico-social, pois os ex-alunos e ex-professores, que compuseram o cenário escolar da instituição, conduzem e transmitem, por meio da linguagem e suas representações, experiências com os grupos que dialogam no espaço onde estudaram ou trabalharam de algum modo, mesmo quando não estiveram presentes, vivendo o cotidiano de uma escola que já não era a mesma do passado getulista, mas transmitia um fazer aprender e o fazer ensinar tendo como referência esse passado.

Esses grupos recebem essas experiências e se apropriam em tal medida que se tornam também ponto de ressonância capaz de reverberar para outros grupos: a memória é, pois, o fio condutor que se ancora nos marcos de referência, sobretudo na linguagem, e torna o nacionalismo, o civismo e o patriotismo de cunho conservador elementos perenes e transitáveis historicamente.

Desse modo, a Escola Getúlio Vargas protagoniza-se como marco social da memória, ancorada, sobretudo, numa linguagem expressa por signos que refletem e refratam ideologias nacionalistas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance** (1975). Tradução Bernadini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

CAPELATO, M. H. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2009.

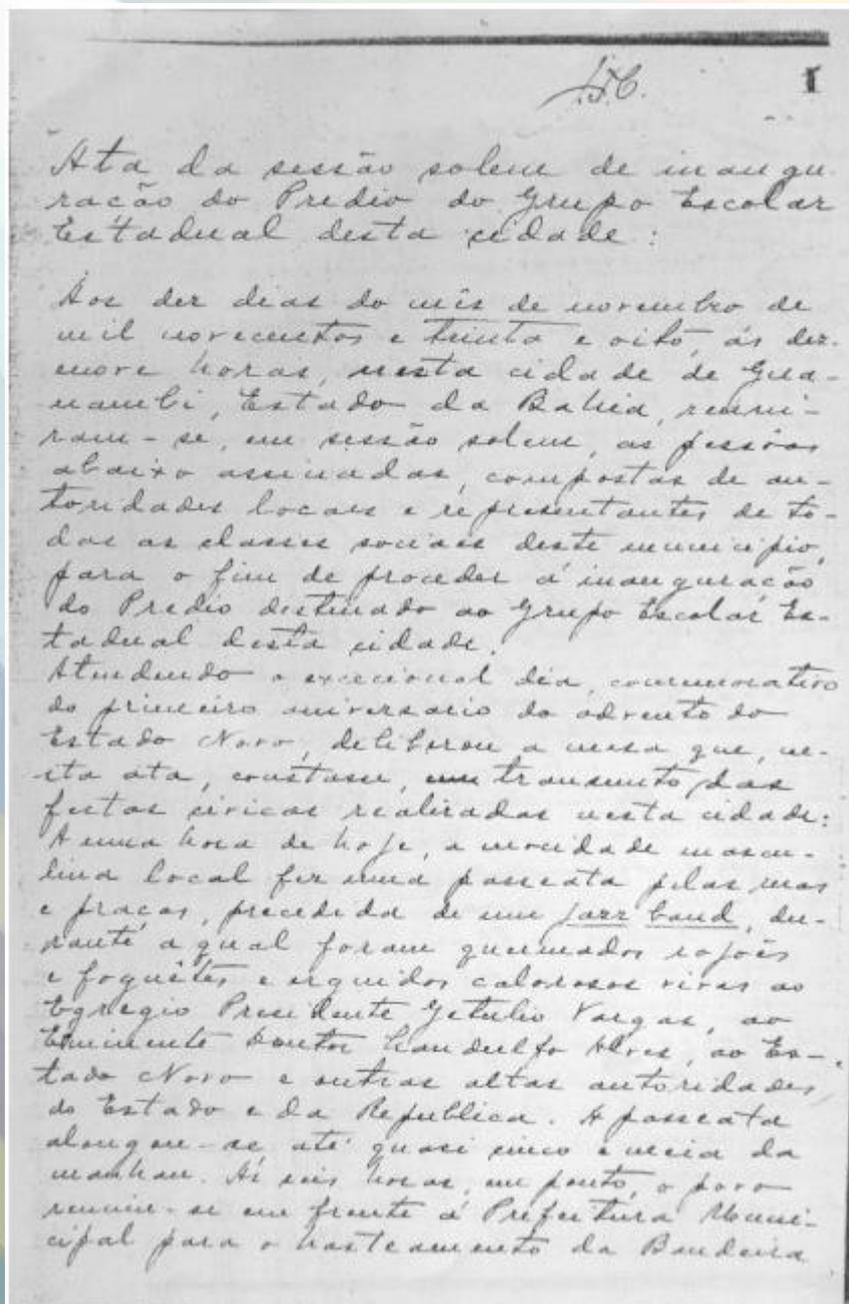
HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos, 2004.

MAGALHÃES, L.D.R.; ALMEIDA, J.R.M. Relações Simbólicas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. B. S.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). **História, memória e educação**. Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 99-109.

MEIRA, D. da S. **Rimando a história**. Guanambi, BA: Impresso Gráfica Papel Bom, 2007. v. 2.

TEIXEIRA, M.S.S.; TEIXEIRA, J.B. **Guanambi**: da cultura, da educação e da vida política. Histórias da Nossa Terra e da Nossa Gente. 2018.

ANEXO A - Ata de inauguração do Grupo Escolar Getúlio Vargas/10 de Novembro de 1938



Ata da sessão solene de inauguração do Prédio do Grupo Escolar Estadual desta cidade:

Aos dez dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e oito, às dezenove horas na cidade de Guanambi, Estado da Bahia, reuniram-se em sessão solene as pessoas abaixo assinadas, compostas de autoridades locais e representantes de todas as classes sociais deste município, para o fim de proceder à inauguração do Prédio destinado ao Grupo Escolar Estadual desta cidade. *Atendendo o excepcional dia, comemorativo do primeiro aniversário do advento do Estado Novo*, deliberou a mesa que, nesta ata, constam em tratamento das festas cívicas realizadas nesta cidade: A uma hora de hoje, a mocidade masculina local fez uma passeata pelas ruas e praças, precedida de um Jazz band, durante a qual foram queimados rojões e foguetes e erguidos calorosos vivas ao Egrégio Presidente Getúlio Vargas, ao Eminentíssimo Doutor Landolfo Alves, ao Estado Novo e outras autoridades do Estado e da República. A passeata alongou-se até quase cinco e meia da manhã. Às seis horas em ponto, o povo reuniu-se em frente à Prefeitura Municipal para o hasteamento da Bandeira.

Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno JCLC

Recebido em: 16.07.2020

Aceito em: 29.09.2020